

Cta n.º 003/2021

Nos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às vinte horas, no local de costume reuniu-se a Câmara Municipal de São Tomé em sessão ordinária, sob a Presidência do Vereador Paulo Augusto Goya, com a presença dos Vereadores: Antonio Marcelino Favaroto, Claudemir Marcelino Louzada, Edson Pinheiro de Jesus, Eivaldo da Cruz, Milton Muniz Neto, Nilson Gomes da Silva, Paulo Cesar Raddi e Silvana de Fátima Costa Hernandez. Após constatar haver o número legal de Vereadores o Senhor Presidente declarou sob a proteção de Deus aberta a presente sessão. Inicialmente pediu ao vereador Antonio Marcelino Favaroto para fazer a leitura de um texto bíblico. Em seguida pediu à 1ª Secretária Vereadora Silvana Hernandez para fazer a leitura da ata da reunião anterior. Concluída a leitura a ata foi aceita e assinada. Dan-

de continuidade o Senhor Presidente passou a sessão para a leitura do expediente, onde foi lido pela 1ª Secretária os seguintes documentos: 1º) Requerimento nº 003/2021, de autoria do Vereador Bargino Louzada, que requer após ouvido o plenário, e, se aprovado, seja encaminhado ofício ao Senhor Prefeito, requerendo informações sobre a situação do poço artiano construído na cabeceira da Estrada Araújo; 2º) Indicação nº 003/2021, de autoria do Vereador Bargino Louzada, que solicita após ouvido o plenário, e, se aprovado, seja encaminhado ofício ao Senhor Prefeito, indicando-lhe que sejam tomadas providências necessárias a fim de que sejam refeitas a sinalização dos nomes de ruas nos postes de iluminação pública. Em seguida o Senhor Presidente verificou que não havia mais matéria a ser lida, informou aos Senhores Vereadores, especialmente aqueles que não participaram da legislatura anterior, que tramitam nesta Casa, três processos de julgamento de Contas do Poder Executivo sendo eles: Ano de dois mil e quinze, sob responsabilidade do Senhor Orli Hernandez de Buzzi; Ano de dois mil e dezessete, sob responsabilidade do Senhor Ocilio Lera Ferrera Leite, e Ano de dois mil e dezoito, também sob responsabilidade do Senhor Ocilio Lera Ferrera Leite. Disse que todos estes processos estão à disposição dos Senhores Vereadores para consulta junto a Secretaria desta Casa e em breve serão incluídos em pauta para julgamento, observando-se os prazos regimentais. Dando continuidade passou a sessão para a Ordem do Dia, para deliberações dos seguintes matérias: 1º) Requerimento nº 003/2021, de autoria do Vereador Bargino Louzada. Submetido em discussão, fez uso da palavra o próprio Vereador autor da proposição, dizendo que o poço artiano localizado na estrada Araújo, teve sua obra iniciada há aproximadamente nove anos, mas até hoje não foi concluída, e que foi procurado por vários moradores daquela estrada, reclamando que estão recorrendo às nascentes para suprir suas necessidades de água, mas relataram que nos dias de chuva, as nascentes são contaminadas pelas enxurradas, colocando em risco a saúde dos moradores. Disse que em conversa com o proprietário do imóvel onde o referido poço está instalado, este informou que o poço foi construído através de um programa do governo do Estado, sendo que a

contrapartida do município teria com o terreno, a instalação de energia elétrica e a instalação da canalização mestre, mas como a obra não foi concluída até o término daquela gestão e a nova administração não deu continuidade e posterior a isso, a empresa responsável pela obra decretou falência e com isso permanece paralisada há quase nove anos, razão pela qual achou por bem apresentar este requerimento solicitando informações ao Poder Executivo, para que possa dar uma resposta concreta aos moradores daquela estrada.

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Paulo Cesar Raddi, dizendo que por várias vezes questionou o Chefe de Gabinete do Poder Executivo a respeito da paralisação das obras do poço artesiano da estrada Araújo, tendo sido informado que aquela obra é de responsabilidade do Estado do Paraná através do Instituto das Águas, sendo que quando a empresa responsável decretou falência, o Estado assumiu o compromisso de terminar a obra. O Vereador disse que maiores informações a respeito deste assunto poderão ser obtidas junto ao Chefe de Gabinete, que está bem interessado a respeito. Submetido em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade de votos em única discussão.

2.ª) Indicação nº 003/2021, de autoria do Vereador Rargento Louzada. Submetida em discussão, fez uso da palavra o próprio Vereador autor da proposição, dizendo que os nomes das ruas que estão escritos nos postes de iluminação pública de nossa cidade estão se tornando ilegíveis em vários pontos da cidade, devido a ação do tempo e isso está dificultando muito a localização de endereços por parte de visitantes, entregadores e demais prestadores de serviços. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Paulo Cesar Raddi, dizendo que ao atender a indicação do Vereador Rargento Louzada, o Poder Executivo poderia aproveitar para colocar uma placa indicando a saída para Japuá e ainda placas nas cabeceiras das estradas municipais com os nomes das mesmas. Submetida em votação a indicação foi aprovada por unanimidade de votos em única discussão. Dando continuidade o Senhor Presidente passou a sessão para as Explicações Pessoais, deixando a palavra livre. Fez uso da mesma o Vereador Antonio Marcelino Favareto, dizendo que tendo em vista que atual administração

é uma continuidade da anterior, e considerando que na gestão passada esta Casa aprovou algumas proposições que ainda não foram atendidas, gostaria que o Senhor Presidente reiterasse as seguintes indicações junto ao Poder Executivo: a) indicação que pede providências com relação à precária situação dos aparelhos da Academia da Terceira Idade localizada na Praça da Igreja Matriz; b) indicação que pede providências para canalização das águas pluviais em frente a terrenos localizados no Parque Industrial na saída para Japurá, especialmente de frente os terrenos da empresa Tec Lar e da Associação dos Produtores Rurais de São Tomé; c) indicação que pede providências para instalação de iluminação pública em algumas pontas de ruas de nossa cidade, entre elas, o final da Rua Egídio Antonio Garba, próximo a residência do Senhor Prefeito. O vereador disse ainda que em visita ao Pátio Rodoviário, em companhia do vereador Barginho Louzada, constataram que quase todos os maquinários do município estão quebrados, bem como constataram que há poucas providências para atender este setor. O vereador disse que reconhece a difícil situação financeira pela qual o município atravessa, mas é preciso buscar alternativas de maneira que os problemas possam ser resolvidos. Disse que esta Casa precisa ser mais incisiva em suas cobranças, até como forma de colaborar com a administração municipal, e pediu que haja a colaboração de todos os vereadores neste sentido. Em seguida fez uso da palavra o vereador Paulo Cesar Raddi, dizendo que esteve na Prefeitura no dia de hoje, e pediu uma cópia do Código de Posturas do município, que é uma das leis que compõem o Plano Diretor Municipal, cuja revisão aconteceu no ano anterior, através de várias Audiências públicas. O vereador falou da importância desta lei e sugeriu que cada vereador faça uma leitura, a fim de re-intervir de seu conteúdo. Em seguida fez uso da palavra o vereador Edson Pinheiro de Jesus, fazendo comentários com referência ao projeto de lei que está elaborando, tratando da questão de animais em situação de rua. Disse que na reunião informal que aconteceu antes desta sessão, o assunto foi discutido com o responsável pela vigilância sanitária do município, que alegou que esta questão não é competência da vigilância sanitária. Disse que esta semana conversou

sobre o assunto com o Vereador Municipal Alex Martinhão, que juntamente com outro Vereador, foram designados para cuidar das providências para execução do programa que prevê a castração de animais através do Convênio firmado com o Governo do Estado, e além da conversa que teve com o Vereador Alex Martinhão, ainda buscou outras informações com relação ao assunto. Com base nas informações que obteve, o Vereador fez um relato das medidas e providências que deverão ser adotadas para execução do programa, principalmente com relação ao tempo de permanência que os animais ficarão sob a tutela do município. Disse que a minuta do projeto de lei, cuja cópia repassou aos demais Vereadores, consta um período de tutela menor que aquele que consta no Código de Posturas do Município, que fala em dez dias, nesse caso o animal apreendido terá que permanecer por até dez dias até ser resgatado pelo proprietário, e não sendo, será castrado e permanecerá por mais alguns dias em recuperação. Disse que considerando que o município não dispõe de canal, poderia optar por firmar um Convênio com uma clínica veterinária. Disse que certamente o projeto de lei que está elaborando deverá sofrer algumas adequações, mas de qualquer maneira antes de fazer sua apresentação formalmente nesta Casa, prefere aguardar a resposta do Executivo com relação ao requerimento apresentado pelo Vereador Barginho Louzada, já que trata do mesmo assunto. Disse que considerando que o município terá que providenciar instalações mínimas para execução do programa de castração através do Convênio com o Governo do Estado, o mesmo pensou inclusive em sugerir a realização de campanhas uma ou duas vezes ao ano, de maneira que possa haver a contratação de profissionais e auxiliares para fazer a castração de animais por períodos determinados e sem gerar vínculo com o município. Disse que sabe que o problema de animais em situação de rua não é fácil de resolver e nem espera solução a curto prazo, mas não adianta está ou aquela Secretaria se eximir da responsabilidade. O Vereador frisou que o problema precisa ser enfrentado e esta é uma responsabilidade do Poder Público. Disse que o projeto de lei que está elaborando tem como principal objetivo oferecer suporte jurídico para que

o município passa agir, sendo que posteriormente caberá a esta Casa exigir o cumprimento da lei. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Rargento Louzada, dizendo que gostaria de aproveitar o assunto abordado pelo Vereador Antonio, quando falou da precária situação dos maquinários do município, para fazer um apelo a todos os Vereadores, no sentido de caber junto ao Poder Executivo, que faça um controle maior quanto a utilização dos maquinários pertencentes ao município. Disse que segundo informações, no último sábado e fora do expediente normal de trabalho, a pá carregadeira estava executando serviços em uma propriedade localizada na estrada Indianópolis, onde quebrou e lá permanece aguardando conserto. O vereador disse que é preciso questionar a quem caberá a responsabilidade em arcar com os custos deste conserto, se é responsabilidade do operador ou se é do proprietário do imóvel, ou se mais uma vez é do povo de São Tomé. Disse que é preciso saber por quê este maquinário estava executando serviços fora do horário normal de expediente, quando a lei reza que isso só pode acontecer em casos de urgência e emergência. — Disse que o município só dispunha de uma pá carregadeira em funcionamento, que agora também está quebrada, sendo que está chegando a época dos agricultores fazerem o plantio do marango e dependerão deste maquinário para o preparo da terra, e em temporada de chuva o município também necessita para fazer a manutenção das estradas etc, mas infelizmente encontra-se quebrado. — Em seguida o Senhor Presidente comunicou que não foi possível a presença do Senhor Prefeito nesta sessão, por estar em isolamento após sua viagem à Curitiba devido a um dos integrantes da comitiva ter testado positivo para o Covid-19. Em seguida verificou que não houve mais manifestação, agradeceu a presença de todos e sob a proteção de Deus deu por encerrada a presente sessão, na qual Valdemir Donzetti Moreira lavrou a presente ata que deverá ser assinada por quem faz de direito.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Valdemir Donzetti Moreira and others.]